

MPE e MPF querem intervenção na Saúde

Órgãos dizem ser necessário que Ministério da Saúde atue na gestão dos recursos federais enviados

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2014

O Ministério Público Estadual (MPE), juntamente com o Ministério Público Federal (MPF), ajuizaram ação na manhã de ontem, terça-feira, 28, pedindo a intervenção do Ministério da Saúde (MS), na gestão dos recursos federais destinados a Saúde do Estado de Sergipe. Em coletiva de imprensa, o procurador da República, Ramiro Rockenbach, afirmou que as contas do Estado precisam passar por um pente fino para que o uso dos valores enviados sejam comprovados. Ainda de acordo com o procurador, não é possível atestar nesse primeiro momento se houve ou não desvios de verba, mas que a dúvida só será esclarecida depois que esse levantamento for realizado.

A ação requer que uma equipe multidisciplinar seja designada pelo MS para que passe a gerir os recursos federais destinados ao Estado, em especial

aqueles direcionados ao Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) e ao Samu Estadual. “Esse já é o nosso segundo pedido, fizemos outro há cerca de seis meses, mas de lá para cá a situação da Saúde apenas se agravou em Sergipe. É preciso ressaltar ainda que ambos os MP’s percorreram todo o caminho do diálogo com os gestores de Saúde, inclusive com uma mediação conjunta ao gestor maior do SUS que é o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, mas nenhuma solução concreta foi realizada”, explicou Ramiro Rockenbach.

Ainda de acordo com o procurador, nenhuma alternativa foi encontrada para se resolver os problemas da Saúde, sem que o caso fosse levado à justiça novamente. “Por esse motivo, não nos restou outra alternativa senão o ajuizamento dessa ação civil pública para que o poder judiciário obrigue a fazer o que nós antes havíamos solicitado ao ministro Padilha, que é a criação de uma gestão federal – ainda que por um

período de tempo determinado, aqui no Estado. Ainda assim continuamos abertos ao diálogo, porém não vamos aceitar monólogo; não adianta falarmos junto com as entidades de Saúde e não recebermos resposta e nenhuma mudança”, completou.

A ação pede ainda que os repasses de recursos federais sejam suspensos imediatamente, sem que haja, no entanto, nenhum tipo de interrupção da prestação de serviços à população. “O modelo de terceirização da gestão da Saúde, que ocorre em Sergipe, já foi considerado atípico pelo serviço de auditoria do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), pois o governador- que é o gestor devido- sai do seu papel de gerir e passa essa responsabilidade para as fundações de saúde. Abrimos uma ação contra a intervenção dessas fundações e ela hoje está em tramitação em último grau no Supremo Tribunal Federal (STF), para que sejam extintas. O sistema não funcionou e nem funciona, além do que esse mo-

delo tem gerado insatisfação, desordem e a incerteza sobre a gestão dos recursos públicos”, destacou.

Ramiro explica ainda que não é possível atestar ainda se houve ou não desvio de verba pública, mas o que existe- atestado por auditores- é uma completa desorganização do sistema de saúde pública do Estado. “E onde há desorganização, resta apenas um passo para que haja desvios. Tudo isso precisa ser apurado detalhadamente, para sabermos a fundo se existiu desvio, em que monta, quem é o responsável e onde está o dinheiro, para que assim possamos recuperar o que foi perdido e punir- se for o caso- quem tem que ser punido. É preciso que um legítimo pente fino seja feito nas contas da saúde em Sergipe, porque só assim vamos saber se o problema é realmente a falta de dinheiro público ou a má gestão dos recursos que chegam e são levados a caminhos desconhecidos, pois hoje, inclusive, sequer sabemos ao certo de quanto é o débito”, finalizou.

Unidade de Saúde Nestor Piva continua sendo poço de problemas

A visita às instalações da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Nestor Piva, realizada no dia 24 de janeiro, pela Ordem dos Advogados Seccional Sergipe (OAB/SE), Conselho Regional de Medicina de Sergipe (Cremese) e o Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed) ainda repercute. Foi encontrada uma série de irregularidades na unidade de atendimento, e, através de ofício enviado aos órgãos competentes e Secretaria Municipal da Saúde (SMS), pedem a reparação imediata dos problemas encontrados. Todos os detalhes da vistoria foram apresentados à imprensa e aos médicos numa reunião realizada ontem na sede do Sindimed.

Segundo a médica Glória Tereza, as irregularidades encontradas este ano estão muito parecidas com as encontradas em novembro do ano passado. “De lá para cá, pouca coisa mudou, e muitas até pioraram, vimos medicamentos vencidos, falta de insumos, etc.”, pontuou a médica.

A coordenadora da Comissão de Saúde da OAB, Maria Angélica Rezende, declarou que entre os problemas encontrados estão: falta de medicamentos de

farmácia padronizada; falta de medicamentos não padronizados, mas extremamente necessários (antibióticos, clopidogrel, estatina, trombolítico, curativos especiais, nitroprussiatos etc.); faltam equipamentos (bomba de infusão, gasômetro, monitores e respiradores que funcionem adequadamente); não há nutricionista no serviço para definir as dietas específicas de cada paciente; falta fisioterapia; falta clareza quanto à discricionariedade ou territorialidade do Nestor Piva (Atende interior? Atende Grande Aracaju?).

“O que mais me chamou atenção nessa visita foram as condições de trabalho as quais estão submetidos os profissionais do Nestor Piva. Havia uma médica grávida, e recebendo pelo regime de Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA), uma trabalhadora sem direitos. Vimos ainda medicamentos perto de vencer. É preciso que haja uma adaptação, uma mudança no sistema de licitações para evitar que isso aconteça, só a Secretaria de Estado da Saúde jogou fora dez toneladas de remédio, e a SMS cinco toneladas, isso é um absurdo”, disse Maria Angélica.

O relatório diz ainda que o serviço do Nestor Piva recebe pacientes de alta complexidade e com necessidade de cuidados intensivos em desacordo com a possibilidade de resolutividade; às vezes faltam coisas básicas como luvas de procedimento, luvas estéreis, máscaras de nebulização, medicamentos básicos como dipirona; estares médicos mofados, camas quebradas, colchões rasgados; ausência de diretor técnico responsável; escalas incompletas e sem um médico coordenador que as organize e se responsabilize na ausência do médico; faltam leitos de retaguarda hospitalar; na ortopedia, falta profissional técnico em gesso; falta biomédico e ambulância no local para transporte de pacientes de baixa complexidade e sem risco de vida.

Presente na reunião, a promotora de Justiça, Euza Missano, da Promotoria dos Direitos à Saúde, informou que todos os itens citados pelo relatório já foram judicializados, e que, inclusive a saúde do município enfrenta dois graves problemas que é a possível implantação das Organizações Sociais (OSs), e o débito

“A falta de medicamentos, a escala de profissionais, insumos e materiais, tudo isso já fazem parte de ação civil pública ingressada pelo Ministério Público. A minha impressão é que o Executivo Municipal tenta implantar a OS a todo custo. Então, hoje 70% dos profissionais são pagos por RPA, que é o tipo mais precário que se tem para fazer pagamento a qualquer profissional do trabalho. E foi justamente isso que fez com entrássemos com uma ação contra OS, porque a empresa ia tem que fazer a contratação desse pessoal, então, dessa forma, não vai haver o que o sindicatos mais brigam que é o concurso público. O MP é contra a implantação das OSs, houve concessão da liminar, recurso por parte do município, mas o juiz não deu o efeito suspensivo e por enquanto a implantação está suspensa”, alertou a promotora.

Outro problema citado foi quanto à dívida de R\$ 16 milhões que o Estado tem para com o município. “Hoje a Secretaria de Estado da Saúde deve ao Fundo Municipal da Saúde valores milionários”,